



# Informativo da Câmara Municipal de Cambuquira

## CÂMARA EM AÇÃO

ANO XVI | EDIÇÃO Nº 104 | CAMBUQUIRA - MG | SETEMBRO/OUTUBRO 2023

## Audiências Públicas



### Iluminação Pública

A Câmara Municipal realizou no dia 28 de setembro uma audiência pública sobre iluminação pública. Foi uma oportunidade para que membros da comunidade, autoridades locais, especialistas em iluminação e outros interessados discutissem questões relacionadas à iluminação nas áreas públicas do município.

O Presidente da Câmara, vereador Celso Alves da Silva abriu a audiência dando as boas-vindas aos presentes e destacou o tema: melhorias na iluminação: Discussão sobre a necessidade de melhorar a iluminação em determinadas áreas da cidade, como ruas e parques.

Esteve presente o Agente de Comercialização da CEMIG, Demerval Machado

que expôs as técnicas e as impossibilidades da Cemig em ampliar as extensões de rede no município.

O Prefeito Municipal, Fabrício S. Simoni divulgou a troca de lâmpadas convencionais por LED na cidade, segundo ele até o fim do ano a cidade estará, em sua totalidade com a nova iluminação. Isso, dentre outros fatores, visando à sustentabilidade ambiental.

Durante a audiência, foi importante a participação das pessoas para expressarem suas opiniões e ideias, além de considerar o feedback recebido ao tomar decisões relacionadas à iluminação pública.

### Lixo

Presidente Celso declarou aberta a Audiência Pública, e convidou a adentrar ao recinto a Sra. Larissa, Gerente de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal. Após cumprimentar todos os presentes à Sessão, a Sra. Larissa agradeceu o convite para comparecer a Câmara e debater sobre a questão do lixo, que é uma questão muito importante para o município. Na oportunidade, a Sra. Larissa passou a esclarecer vários pontos e indagações feitas pelos Vereadores, como o Plano de Gestão Inteligente de Resíduos Sólidos; metas, objetivos para cumprir, questões judiciais, criação da coleta seletiva e reciclagem. A situação atual do município transbordo e passivo ambiental do antigo lixão. Criação da usina de reciclagem no município e seu funcionamento. Projeto de Lei do Executivo para concessão de área para implantação da usina de reciclagem de lixo no município, concessão de imóvel, maquinários, contratação de pessoal e criação de um consórcio intermunicipal. Também foram respondidas indagações dos Vereadores Guilherme Pompeu Gonçalves, Hêlber Augusto Reis Borges, Celso Alves da Silva, e população presente na Audiência. Também foi falado sobre o prazo de concessão e sobre a metragem da área a ser cedida para a empresa de reciclagem. Na oportunidade, o Vereador Marial Cândido Murta Junior sugeriu que os Vereadores fizessem uma visita ao centro de triagem da empresa para saber como funciona e, também ouvir os clientes da mesma para saber se estão satisfeitos com o serviço prestado. Também foi falado sobre a educação ambiental, importância da reciclagem e triagem do lixo. Sobre a questão do transbordo, falou-se de quem é a responsabilidade atualmente e sobre a possibilidade de ser feito um contrato separado. Foi falado ainda sobre a questão do consórcio intermuni-



pal, criação e implantação da usina de reciclagem, implantação da coleta seletiva, desperdício de material e conscientização da população. Falou-se também da criação de uma Associação e das empresas que apresentaram propostas para a Prefeitura. Contratação e capacitação das pessoas que irão trabalhar na usina de reciclagem. Na oportunidade, o Sr. Peter, da Empresa J. A. Ambiental adentrou ao recinto e ocupou a tribuna para responder as indagações. Após fazer as apresentações de praxe o Sr. Peter disse que é representante da Empresa J. A. Ambiental, que possui sede própria em São Paulo e, que está há vários anos no mercado, inclusive trabalhando com empresas multinacionais. Falou que a princípio tem que ser criada uma cooperativa, para depois se pensar em usina. A cooperativa estruturada consegue recursos do governo. Falou também sobre os valores pagos aos catadores por quilo de lixo e da possibilidade de receber o lixo de outras cidades. Reciclagem para o bem da população e do meio ambiente. Primeiro cenário, cooperativa para depois a implantação da usina. Valorização do catador e da resolução do problema do lixo na entrada da cidade. Equipamentos próprios para começar os trabalhos. Ainda o Sr. Peter respondeu indagações dos Vereadores Marial Cândido Murta Junior e Guilherme Pompeu Gonçalves, sobre a criação da cooperativa e da responsabilidade do Executivo e da empresa. Recebimento do lixo reciclável e do lixo orgânico. Contra-

tação por meio da CLT. Transporte por conta da própria empresa, os dois tipos de lixo: reciclável e normal. Triagem e destinação do rejeito para Pouso Alegre. Parceria com outra empresa mais próxima de Cambuquira. Lixo orgânico em fofalha para geração de energia. Consórcio intermunicipal formado através de contrato. Associação e CLT e qual a diferença entre os dois e, qual a função de cada um. Usou da palavra a Sra. Regina, Secretária Municipal de Cultura e Turismo, que falou sobre coleta seletiva, criação da Associação, benefício para famílias carentes e de baixa renda e capacitação para as mesmas, aplicadas pela própria empresa. Também usaram da palavra os Vereadores Celso Alves da Silva e Guilherme Pompeu Gonçalves e a Sra. Regina, que falaram sobre a construção de galpão e auxílio federal. Na oportunidade, usou da palavra o Sr. Manoel, que faz parte da Empresa J. A. Ambiental que falou sobre o cuidado com o lixo e a separação do reciclável. Falou também do incentivo do Governo Federal e da preocupação da empresa em bancar investimentos sem ter resultados. Disse que o incentivo do governo é fundamental para dar início aos trabalhos, por isso a criação da Associação para conseguir esses recursos. Disse também que a intenção é de beneficiar de cinquenta a setenta famílias. Respondendo à indagação do Vereador Marial sobre o prazo para início dos trabalhos após aprovação do projeto, o Sr. Manoel respondeu que o prazo é relativo, haja vis-

ta que primeiro tem que ter a implantação da associação para se pleitear os recursos públicos. Continuando, falou do compromisso da empresa. Esclareceu ao Vereador que após o projeto aprovado a empresa se compromete a iniciar os trabalhos o mais rápido possível, de acordo com a vontade do município. Com a palavra o Sr. Peter respondeu indagações do Vereador Marial Cândido Murta Junior e Guilherme Pompeu Gonçalves a respeito da separação do rejeito, caçambas para depósito do rejeito e prensa para compactar o lixo. Ainda com a palavra, o Vereador Guilherme disse que acha interessante, caso o projeto seja aprovado, colocar prazo para construção do galpão, e balanço patrimonial da empresa para análise. Ainda o Vereador Guilherme Pompeu Gonçalves indagou do representante da empresa que, caso o recurso do Governo Federal não saia se a empresa vai dar prosseguimento no projeto. Com a palavra, o Sr. Peter disse que nesse caso a empresa montaria outro projeto para que possa arcar com as despesas. Comentou também que o galpão será construído com recursos do Governo Federal que será encaminhado através da Associação. Ainda o Sr. Peter colocou a empresa à disposição para a visita dos Vereadores. Com a palavra, a Sra. Regina disse que a empresa é um passo para resolver o problema do lixo em Cambuquira e, sugere que seja montada uma comissão para visitar a empresa. Com a palavra, o Sr. Presidente disse que para dar certo tem que jogar limpo, e sabe que, para dar certo tem que haver um consórcio entre as cidades. A empresa não vai cuidar só do nosso lixo, o consórcio é para outras cidades também. Na oportunidade, foi aberta a palavra para a população presente a Audiência, onde todos se preocuparam com os recursos que serão investidos pelo município, tratamento de resíduos sólidos de outras cidades, mão de obra, capacitação, criação de cooperativa, recursos do governo Federal.

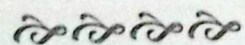
## Palavra do Presidente

Caro cidadão, o Novembro Azul é uma campanha de conscientização que surgiu com o objetivo de alertar os homens sobre a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de próstata. Assim como o Outubro Rosa é voltado para a conscientização da saúde da mulher, o Novembro Azul foca na saúde masculina, especialmente no que diz respeito a essa doença.

A próstata é uma glândula que faz parte do sistema reprodutor masculino e está localizada abaixo da bexiga. O câncer de próstata é uma das formas mais comuns de câncer em homens, e a detecção precoce é fundamental para aumentar as chances de cura. O Novembro Azul incentiva os homens a realizarem exames preventivos, como o exame de toque retal e o PSA (Antígeno Prostático Específico), a partir dos 50 anos de idade, ou antes, se houver histórico familiar da doença.

Além do foco no câncer de próstata, o Novembro Azul também aborda outras questões relacionadas à saúde masculina, como a importância de adotar um estilo de vida saudável, praticar atividades físicas, manter uma dieta equilibrada e evitar o consumo excessivo de álcool e tabaco.

A campanha Novembro Azul visa quebrar tabus e estimular os homens a cuidarem da sua saúde, promovendo um maior entendimento sobre a prevenção e o tratamento de doenças que podem afetar o público masculino. Ela é realizada em diversas partes do mundo e envolve ações educativas, palestras, eventos esportivos e a iluminação de monumentos e prédios públicos com a cor azul em apoio à causa. A prevenção sempre é o melhor remédio.



No mês de outubro, demos início à reforma da sede da Câmara Municipal de Cambuquira. Uma obra que há tempos vem sendo adiada e agora chegou a um ponto insustentável. Após diversas notificações do Corpo de Bombeiros e de outros perigos constatados por engenheiros, demos início à obra. A Câmara Municipal desempenha um papel fundamental na democracia local, sendo a Casa onde os representantes eleitos tomam decisões que afetam diretamente a vida dos cidadãos em uma determinada comunidade. Portanto, a infraestrutura da sede da Câmara desempenha um papel significativo na eficiência e na qualidade das atividades legislativas e administrativas.

Celso Alves da Silva - Presidente

Existem diversas razões para considerar uma reforma na sede da Câmara Municipal:

**Acessibilidade:** É fundamental que a sede da Câmara seja acessível a todos os cidadãos, incluindo aqueles com mobilidade reduzida. Uma reforma pode incluir a instalação de rampas, elevadores e outras adaptações para garantir a acessibilidade.

**Espaço e Conforto:** Com o tempo, as necessidades da Câmara Municipal evoluem. Uma reforma pode permitir a criação de mais espaços para acomodar os representantes, funcionários e o público, tornando o ambiente de trabalho mais confortável.

**Tecnologia:** A modernização das instalações é essencial para acompanhar as demandas tecnológicas atuais. Isso pode incluir a instalação de sistemas de votação eletrônica, câmeras para transmissões ao vivo das sessões e infraestrutura para reuniões virtuais.

**Segurança:** A segurança dos ocupantes da sede da Câmara é uma prioridade. Uma reforma pode incluir a instalação de sistemas de segurança, como câmeras de vigilância e controle de acesso, para garantir a proteção de todos.

**Eficiência Operacional:** Uma sede da Câmara bem organizada e eficiente facilita o trabalho dos representantes e dos funcionários, o que, por sua vez, beneficia a comunidade. Uma reforma pode aperfeiçoar o layout e os processos de trabalho.

**Transparência e Engajamento:** Uma sede moderna e bem mantida pode facilitar a transmissão de sessões ao vivo e a interação com os cidadãos. Isso fortalece a transparência e o engajamento público.

**Economia a Longo Prazo:** Uma reforma bem planejada pode reduzir os custos de manutenção a longo prazo, tornando o investimento uma escolha financeiramente sensata.

Em resumo, a importância da reforma na sede da Câmara Municipal está relacionada à eficiência, à acessibilidade, à transparência e à capacidade de atender às necessidades em constante evolução da comunidade. Quando as instalações estão em boas condições, isso reflete positivamente na qualidade do trabalho dos representantes eleitos e no envolvimento dos cidadãos no processo democrático. Portanto, uma reforma bem planejada e executada é um investimento valioso para uma governança municipal eficaz e inclusiva.

## DENÚNCIA

Na Reunião Ordinária do dia 30 de outubro, o vereador Cleiton de Sousa apresentou ao Plenário uma denúncia destinada a ARSAE/MG referente à Copasa.

O vereador Cleiton disponibilizou a denúncia para os demais vereadores quer queiram assinar e, assim, demonstrar a união do Legislativo Cambuquirense em defesa dos interesses do povo.

Acompanhe na íntegra o conteúdo da mesma.

Ilustríssima Senhora Laura Serrano, Diretora-Geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (Arsa-MG).

Estes subscritores, legalmente constituídos representantes do povo cambuquirense, vêm perante este órgão fiscalizador apresentar-lhes os seguintes fatos e solicitar-lhes o que segue:

Inicialmente lembramos que o contrato firmado entre este Município e a Companhia de Saneamento de Água e Esgoto - COPASA se deu, pode-se dizer, de forma imposta, sem a aquiescência do povo cambuquirense, e por conta disso o mesmo contou com cláusulas que não observaram os interesses do município e de seu povo, foi, na verdade, um contrato de mera adesão. Em que pese o contrato contar com cláusulas apenas do interesse da COPASA e realizar os serviços como e quando for de seu interesse, e não de nossa população, não vem cumprindo com o que se obrigou.

Além de não vir cumprindo com o próprio cronograma de obras e investimentos que estabeleceu, por derradeiro anunciou e notificou a todos que iniciará a cobrança da tarifa de esgoto, sem mesmo ter a correspondente e efetiva prestação do serviço (coleta, tratamento e distribuição)! O povo já está sobrecarregado de tributos e tarifas, e o início desta cobrança, em especial sem a correspondente prestação dos serviços, sacrifica e onera demasiadamente nossa população, inclusive há ação judicial, tramitando na Única Vara da Justiça Estadual de Cambuquira a

respeito do assunto, Processo nº 1.0000.21.274126-8/001.

Como se vê da planilha do cronograma compromissado pela própria COPASA, esta não cumpriu as obras e investimento na rede coletora de esgoto que estava prevista para ser concluída em 2022, interceptores de esgoto que estava para ter 40% concluída em também em 2022, a Estação de Tratamento de Esgoto que era para ter 60% também concluída em 2022, emissário do efluente com previsão 100% em 2023, estação elevatória de esgoto 60% até 2023, e por fim linha de recalque com previsão de 100% para 2023.

Não se viu e não se vê nenhuma das obras e investimentos listados, e comprometidos pela própria COPASA, concluídos ou com possibilidade de conclusão nos prazos estabelecidos.

O único prazo que se vê cumprido pela COPASA é a cobrança das tarifas de água e esgoto! Nisso ela é perfeita e eficiente!

Não bastasse tudo isso, observa-se a olho nu, apenas pelas fotografias que acompanham o presente expediente a péssima qualidade da água que está sendo distribuída à população, e ainda terá que pagar por isso!

Oportuno, ainda, registrar a péssima qualidade dos serviços de recomposição das calçadas que vêm sendo realizadas por conta da instalação dos hidrômetros.

Por conta de todas essas situações, é de recorremos a este órgão, acreditando na seriedade e compromisso em, de fato, fiscalizar e impor limites nas ações da COPASA, e fazê-la cumprir as suas obrigações com o Município de Cambuquira, e também deixar de cobrar a tarifa de esgoto enquanto esses serviços não estiverem sendo disponibilizados e efetivamente prestados à população.

Assim, vimos solicitar, como medida de URGÊNCIA, que este órgão seja diligente, eficiente e imediato em determinar à COPASA que suspenda a cobrança da tarifa de esgoto em nosso município.

Sem mais para o momento, a população se mantém confiante no pronto atendimento da presente reivindicação.

Cambuquira, 30 de outubro de 2023.

## Vereador busca solução para a perda salarial dos funcionários públicos



O vereador Guilherme Pompeu Gonçalves, buscando uma solução para a perda salarial dos funcionários públicos, esteve na faculdade Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), onde reuniu-se com o Prof. Mestre Leonardo, especialista na área de atuária. Segundo o vereador, a conversa foi extraordinariamente produtiva, e o resultado é que saímos com um acordo para realizar um estudo de viabilidade financeira para a complementação da perda salarial dos servidores aposentados e daqueles que estão prestes a se aposentar.

A complementação salarial para funcionários públicos geralmente se refere a um benefício ou pagamento adicional que é fornecido a um funcionário público para garantir que ele atinja um deter-

minado nível de remuneração. Isso pode ocorrer em diversas situações, e as regras variam de acordo com a legislação e regulamentos do país e da jurisdição específica em questão.

Mas o que é essa complementação salarial? A complementação salarial é um mecanismo que visa assegurar que os servidores aposentados recebam uma renda que seja, pelo menos, igual a média de seus vencimentos durante sua carreira ativa. Em outras palavras, busca-se garantir que os servidores públicos tenham uma aposentadoria digna e condizente com o padrão de vida que mantinham enquanto estavam em serviço, mesmo diante das possíveis perdas inflacionárias ao longo dos anos.

## Instalação de uma Brigada Militar de Bombeiros no Município

Na Reunião Ordinária do dia 29 de setembro, o vereador Alexandre de Oliveira Evangelista apresentou ao Plenário a indicação nº 201/2023 que solicita ao Sr. Prefeito Municipal a necessidade da tomada da seguinte providência: - Estudar junto aos órgãos competentes a possibilidade de estabelecer no município um pelotão do Corpo de Bombeiros, viabilizando contato com o mesmo para pleitear a instalação de uma brigada militar na cidade.

Uma brigada militar de bombeiros desempenha um papel crucial na segurança e proteção da comunidade em diversas situações de emergência, principalmente no combate a incêndios e no atendimento a acidentes. Aqui estão algumas das principais razões que destacam a importância de uma brigada militar de bombeiros: combate a incêndios, resgate de vítimas, atendimento a produtos perigosos, prevenção e educação, apoio a eventos e desastres naturais, treinamento constante e rápida resposta. Ter uma bri-



gada militar de bombeiros disponível em uma comunidade garante uma resposta rápida a emergências. A capacidade de resposta imediata pode fazer a diferença entre salvar vidas e evitar danos materiais significativos.

Em resumo, uma brigada militar de bombeiros desempenha um papel fundamental na proteção da comunidade, prevenção de incêndios e acidentes, resgate de vítimas e assistência em diversas situações de emergência. Sua importância é indiscutível para a segurança pública e o bem-estar da sociedade, concluiu o vereador Alexandre.

## Moção de Apoio nº 043/2023 - Senado e Câmara Federal

Na Reunião Ordinária do dia 23 de outubro, por iniciativa do vereador Valdeir Serafim da Cunha, juntamente com os demais Vereadores abaixo-assinados, no uso de suas atribuições legais, e na forma regimental, requerem à Mesa Diretora o envio de expediente:

Aos Gabinetes das Presidências do Senado Federal e da Câmara dos Deputados para acolher esta Moção como manifestação de vontade da maioria absoluta do Povo de Cambuquira mediante deliberação de seus representantes legitimamente eleitos, no intuito de impedir a usurpação da competência primária do Poder Legislativo de legislar.

Além da defesa do princípio republicano da Separação de Poderes e do sistema de Freios e Contrapesos, consagrados no texto constitucional, esta Moção é motivada pelo tentame de legislar por vias judiciais matérias a respeito da prática do aborto, conforme implicita a ADPF nº 442 - Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental apresentada ao Supremo Tribunal Federal no sentido de questionar a recepcionabilidade dos artigos 124 e 126 do Código Penal (dispõe sobre o aborto no país) diante da Constituição Federal Brasileira.

Esta Moção considera também a ofensa mais ampla à vida contida na tese da ADPF 442, que não somente propõe a legalização do aborto até 12 semanas, mas propõe a tese que ultrapassa este marco de três meses, visto que está fundamentada no argumento de que "não haveria como se imputar direitos fundamentais ao embrião. O estatuto de pessoa só seria reconhecido após nascimento com vida" e afirma ainda que "A dignidade da pessoa humana exige mais

## MOÇÃO DE APOIO

do que simplesmente o pertencimento à espécie humana para os efeitos protetivos do princípio constitucional.

Portanto, pretende-se por meio desta Moção manifestar expresso apoio ao Excelentíssimo Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, por sua postura, e reiterar a imensa importância em se garantir as prerrogativas do Congresso Nacional como único legitimado para legislar em tudo aquilo que lhe é próprio de sua competência, especialmente acerca da matéria presente no Recurso Extraordinário (RE) 635659, referente ao tema das drogas, e da ADPF 442, atinente ao tema do aborto, observando o que dispõe a Constituição Federal e lembrando que o Supremo Tribunal Federal tem como função comportar-se como guardião da Carta Magna e não como legislador.

A presente Moção foi aprovada por unanimidade pelos demais vereadores e, encaminhada, como prova de nossa mais veemente PREOCUPAÇÃO E APOIO, às seguintes autoridades, conforme seguem: Rodrigo Otávio Soares Pacheco; Senador Presidente do Senado Federal e Arthur Lira; Deputado Federal Presidente da Câmara dos Deputados.

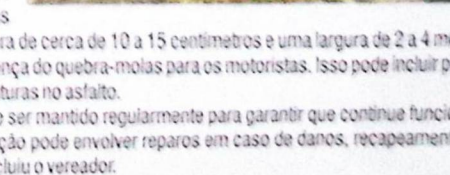
A Moção foi assinada por todos os vereadores e encaminhada aos destinatários supracitados.

## Rebaixamento dos quebra-molas das ruas: Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais

Na Reunião Ordinária do dia 04 de outubro de 2021, o vereador José Gonçalves da Silva apresentou ao Plenário a indicação nº 317/2021 que solicita ao Sr. Prefeito Municipal providências no sentido de determinar ao setor competente da administração o rebaixamento de todos os quebra-molas das ruas: Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

Segundo o vereador Pereira, a instalação correta de quebra-molas é importante para garantir a segurança no trânsito e evitar danos aos veículos que trafegam pela via. O projeto do quebra-molas deve ser feito por um engenheiro de tráfego qualificado e deve seguir as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de trânsito. O quebra-molas deve ter dimensões adequadas para desacelerar os veículos de forma segura, sem causar danos excessivos aos carros. Normalmente, eles têm uma altura de cerca de 10 a 15 centímetros e uma largura de 2 a 4 metros. É essencial sinalizar claramente a presença do quebra-molas para os motoristas. Isso pode incluir placas de advertência, faixas de pedestres e pinturas no asfalto.

Após a instalação, o quebra-molas deve ser mantido regularmente para garantir que continue funcionando de forma eficaz e segura. A manutenção pode envolver reparos em caso de danos, reaparelamento da superfície e repintura da sinalização, concluiu o vereador.

Órgão Informativo da Câmara Municipal de Cambuquira  
Legislatura 2023/2024

CELSON ALVES DA SILVA  
- PRESIDENTE  
ALEXANDRE DE OLIVEIRA  
EVANGELISTA  
- VICE-PRESIDENTE  
HÉLDER REIS BORGES  
- SECRETÁRIO

Produzido pela Assessoria de Imprensa da Câmara Municipal  
Tiragem: 9000 exemplares  
Responsável: Marcelo de Paula Barbosa Moura. Registro no MT nº 13.448/MG  
Atendimento: segunda à sexta, das 13h às 18h  
Av. Virgílio de Melo Franco, 471, Centro - 37420-000  
Cambuquira - MG / Tel: 35 3251-1486  
www.camaracambuquira.mg.gov.br | camera@camaracambuquira.mg.gov.br  
Diagramação e Impressão: Beló Gráfica Ltda.  
Fone: (35) 3265.7922 e-mail: ct@trespontas.com.br

## Noite de muita emoção marca entrega de títulos de



Em Sessão Solene, o Legislativo Cambuquirense, através dos vereadores: Celso, Cleiton, Nei, Paulo César, Guilherme, Marial, Alexandre, Hêlber e Pereira, concedeu 18 personalidades com os diplomas de Cidadania Honorária e Honra ao Mérito na noite desta terça-feira (24/10). As homenagens aconteceram no Anfiteatro Georgina Bacha e reuniu amigos e convidados dos agraciados.

A Cidadania Honorária tem como objetivo homenagear e agradecer às pessoas que não nasceram no município, mas, que de alguma forma, contribuem para seu desenvolvimento social e econômico. O diploma de Honra ao Mérito, por sua vez, consiste em um título de virtude dado a pessoas ou organizações que atingiram o prestígio público das suas atividades. Encerrando a solenidade, o presidente da Casa, vereador Celso Alves da Silva parabenizou aos homenageados e aos vereadores que apresentaram na Casa os projetos de resolução que permitiram as condecorações da noite. "Vocês agora, mais do que nunca, fazem parte da história da nossa querida Cambuquira e a presença de vocês nos traz a certeza da importância da nossa cidade para todos vocês". Finalizando, o presidente convidou Pe. Alex para abençoar os presentes.

Agraciados com o Título de Cidadania: Alex José Adão; indicado pelo vereador Celso, Ana Paula Siqueira; indicada pelo vereador Hêlber, Érica Aparecida da Silva; indicada pelo vereador Pereira, Fernando Arienti Lázaro; indicado pelo vereador Guilherme, José Lázaro Pierroti; indicado pelo vereador Paulo César, Luís Cláudio da Silva; indicado pelo vereador Nei, Virginia do Carmo Lima; indicado pelo vereador Marial, Vicente Ferreira; indicado pelo vereador Cleiton e Walter Júlio Santana; indicado pelo vereador Alexandre.

Agraciados com o Título de Honra ao Mérito: Dulce Maria de Lima Teodoro; indicada pelo vereador Marial, Efigênia de Vilhena Lemes Medeiros; indicada pelo vereador Pereira, Geralda Marfisa; indicada pelo vereador Hêlber, Homero Silveira; indicado pelo vereador Nei, Malba Maria Barbosa Moura; indicada pelo vereador Paulo César, Mônica Aparecida Arantes; indicada pelo vereador Cleiton, Rogério Felizardo de Souza; indicado pelo vereador Alexandre, Waléria Bacha; indicada pelo vereador Guilherme e Weider da Silva; indicado pelo vereador Celso.



Ana Paula Siqueira e vereador Hêlber



Dulce Mª de L. Teodoro e vereador Marial



Efigênia de Vilhena L. Medeiros e vereador Pereira



Érica Ap. da Silva e vereador Pereira



Fernando Arienti Lázaro e vereador Guilherme



Vereador Hêlber e Geralda Marfisa

## Cidadão Honorário e Honra ao Mérito na Câmara de Cambuquira



Homero Silveira e vereador Nei



Vereador Paulo César e José Lázaro Pierroti



Luís Cláudio da Silva e vereador Nei



Vereador Paulo César e Malba Mª B. Moura



Vicente Ferreira e vereador Cleiton



Virginia do Carmo Lima e vereador Marial



Mônica Ap. Arentes e vereador Cleiton



Vereador Celso e Pe. Alex José Adão



Rogério F. de Souza e vereador Alexandre



Vereador Guilherme e Waléria Bacha



Walter Júlio Santana e vereador Alexandre



Weider da Silva e vereador Celso

## Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) - Cemitério Municipal

Por ocasião de denúncia realizada por funcionário público, referente ao Cemitério Municipal, durante a reunião ordinária do dia 02 de outubro, o vereador Marial Cândido Murta Júnior solicitou à Mesa Diretora a instituição de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) com a finalidade de apurar possíveis irregularidades e ou ilegalidades em relação aos fatos e atos relacionados à administração do cemitério local e seus serviços.

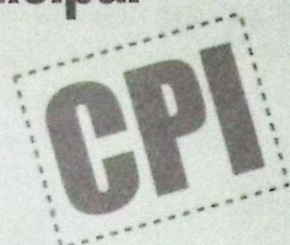
Em especial: se os serviços prestados no interior do cemitério são terceirizados ou não, se na primeira hipótese a contratação ocorreu na forma legal; 2) conhecer, formalmente, quais servidores se encontram lotados nos serviços do cemitério; 3) como ocorre a cessão/permissão/venda de terrenos e túmulos no cemitério; 4) valores e taxas cobradas pelos serviços disponibilizados e para a cessão/permissão/venda de terrenos e túmulos no cemitério; 5) qual o procedimento aplicado, se é que tem e é possível, a retomada, por qualquer forma que seja, pelo Município, dos terrenos e túmulos do cemitério; 6) normas existentes para os serviços e cessão/permissão/venda de terrenos e túmulos no cemitério; 7) atual capacidade para sepultamento e eventual necessidade, a curto, médio e longo prazo para sua expansão; 8) quantas permissões/cessões/ vendas/ retomadas de sepultura, carneira, mausoléu, gaveta, jazigo, nicho e ossários ocorreram nos últimos dez

(10) anos, nomes das pessoas beneficiadas e valores. 9) apurar possíveis vendas ou doações irregulares de terrenos, jazidos e túmulos.

Os vereadores: Hélder Augusto Reis Borges, Guilherme Pompeu Gonçalves, José Gonçalves da Silva, Marial Cândido Murta Júnior, Alexandre de Oliveira Evangelista, Cleiton de Sousa, Valdinei Serafim da Cunha e Paulo César Lemes assinaram o Requerimento nº 136/2023 para a instauração da CPI que já iniciou os trabalhos de apuração.

Segundo os vereadores acima, diversos são os questionamentos dirigidos a nós, (vereadores) sobre os serviços do cemitério, inclusive e especialmente sobre as vendas de terrenos e túmulos, e sua retomada pela Administração Municipal, deixando a pensar sobre a possível existência de um mercado paralelo.

Por derradeiro acabamos por presenciar as declarações prestadas na tribuna desta Casa, no dia 02 de outubro pelo senhor José Carlos de Oliveira, relatados graves e sérios fatos sobre o que ocorre no cemitério, sob as ordens e conivência do senhor Prefeito Municipal.



## Informações sobre extensão de rede elétrica



Na Reunião Ordinária do dia 20 de setembro, o vereador Celso Alves da Silva apresentou ao Plenário o requerimento nº 142/2023 que solicita ao Sr. Prefeito Municipal as seguintes informações: 1. Quais os pontos serão atendidos no investimento de aproximadamente R\$200.000,00 que serão investidos em extensão de rede? 2. Quando se dará o início dessa obra? 3. Qual será o recurso utilizado?

A extensão da rede elétrica permite que comunidades, que antes não tinham acesso à eletricidade, possam se conectar a rede. Isso melhora a qualidade de vida das pessoas, pois a eletricidade é essencial para iluminação, aquecimento, refrigeração, eletrodomésticos e muitas outras necessidades básicas. Além disso, a eletricidade proporciona uma fonte de luz confiável à noite, o que melhora a segurança

nas comunidades, reduzindo o risco de acidentes e crimes.

Na audiência pública realizada nesta Casa, o Exmo. Prefeito Municipal fez menção a um investimento de aproximadamente R\$200.000,00, que será usado na extensão de rede no Município. Diante disso, segue esses questionamentos para estarmos cientes, e repassarmos para os munícipes, concluiu o vereador Celso.

## Revogação da Contribuição de Iluminação Pública

Na Reunião Ordinária do dia 25 de setembro, os vereadores Paulo César Lemes e Cleiton de Sousa apresentaram ao Plenário o Projeto de Lei Complementar nº 009/23 que, dispõe sobre a revogação da Contribuição de Iluminação Pública.

A Câmara Municipal de Cambuquira decreta:

Art. 1º - Ficam revogados os artigos 144 a 151 da Lei Complementar nº 029/2013, que tratam da Contribuição de Iluminação Pública.

Art. 2º - As revogações dos artigos mencionados no artigo 1º desta lei complementar entram em vigência a partir de 1º de janeiro de 2024.

Art. 3º - Esta lei complementar entra em vigor na data de 1º de janeiro de 2024.

Cambuquira, 25 de setembro de 2023.

Segundo os vereadores Pa-



ulo César e Cleiton, já há o projeto de se substituir as lâmpadas da iluminação pública por lâmpadas de LED, o que irá ocasionar uma brusca redução do valor da iluminação pública, devendo esse custo ser suportado pelo Município, livrando o cidadão desse encargo.

A população, em especial aquela de baixa renda, já suporta elevada carga tributária e o alto custo da alimentação.

Por fim, registramos que é

pacífica na doutrina e jurisprudência o reconhecimento da iniciativa concorrente em matéria tributária, podendo ser tanto por parte do Poder Executivo quanto do Parlamentar.

Por tais razões, solicitamos aos ilustres Pares o necessário apoio para a aprovação deste projeto de lei complementar.

Até o fechamento desta edição, o referido PL ainda está sob análise das comissões permanentes.

## Quer informações sobre concursos e processos seletivos no município? Essa lei irá ajudar!

Você já perdeu a oportunidade de se inscrever em um processo seletivo ou concurso em Cambuquira por falta de informação? Infelizmente isso é muito comum.

Pensando em resolver este problema, o Vereador Hélder Borges apresentou um projeto de lei para poder garantir a transparência em todos os processos seletivos e concursos do município.

Se o projeto for aprovado, os órgãos públicos municipais serão obriga-



dos a divulgar em todas as redes sociais (Facebook, Instagram, Whatsapp, dentre outros) os novos editais de concursos e processos seletivos.

Além disso, também será obrigatório divulgar o sempre que algum profissional for convocado, a fim de garantir a maior participação e transparência.

*Ganha nossa gente!  
Ganha nossa cidade!*